ISSN 2525-4812 (versão online)
ISSN 2238-7641 (versão impressa)
http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/index

Recebido em: 6/7/2019
Aprovado em: 17/5/ 2020
Período de publicação: jan., 2021

Revista Terceira Margem Amazônia
(v. 6 • n. especial 16 • Jan. 2021)

Como citar o artigo:

FONSECA, L. C. N. da. Encurralados na ponte: uma obra sobre a história recente de ocupação da Amazônia. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 6, n. especial 16, p. 219-223, jan. 2021. Resenha da obra de: FERREIRA, P. R. Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada. Belém, PA: Paka-Tatu, 2019. 206 p. DOI: http://dx.doi.org/10.36882/2525-4812.2021v6i16.ed.esp.p219-223

ENCURRALADOS NA PONTE: UMA OBRA SOBRE A HISTÓRIA RECENTE DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Luiz Carlos Neves da Fonseca[1]

Resumo: O autor contribui para maior visibilidade ao massacre dos garimpeiros no sudeste do estado do Pará por meio de uma narrativa sobre o cenário de interesses e de conflitos relacionados à exploração do ouro em Serra Pelada. Destacam-se entre os fatores para a ocorrência dessa tragédia: a desvalorização dos garimpeiros por grande parte da população e a atitude da polícia e do governador, dispostos a resolver o problema, o bloqueio da ponte. Esse cenário é marcado por tensões sociais ocasionadas por uma ideia de desenvolvimento que não considera as populações locais na Amazônia. O livro é composto por seis capítulos, por três cadernos de imagens, conclusão e anexos. No primeiro capítulo descreve-se o massacre de garimpeiros em 29 de dezembro de 1987, às vésperas do ano novo, na ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins em Marabá; no segundo aborda-se o cenário local com a chegada de novos atores sociais que modificaram o espaço físico e a economia; no terceiro capítulo destaca-se o surgimento do garimpo de Serra Pelada destinado à extração de diamantes, pedras preciosas e ouro; no quarto evidenciam-se os conflitos com a Companhia Vale do Rio Doce devido às divergências sobre limites territoriais, reivindicados tanto pelas lideranças garimpeiras quanto pela companhia; no quinto capítulo aborda-se a sequência de choques devido às disputas pelo controle do garimpo e, por fim, no sexto, enfatizam-se as consequências no garimpo de Serra Pelada e influência nas representações dos garimpeiros.

Palavras-chave: conflitos, população local, recursos naturais, Amazônia.

A escrita desta resenha dedica-se ao livro *Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada*, elaborado por Paulo Roberto Ferreira, publicado pela editora Paka-Tatu no ano de 2019. O livro é composto por seis capítulos e três cadernos de imagens. A obra traz visibilidade ao massacre dos garimpeiros no sudeste do estado do Pará por meio da narrativa sobre o cenário de interesses e de conflitos relacionados à exploração do ouro em Serra Pelada. Deste modo, *Encurralados na ponte* é fundamental para preservação da memória, compreensão e resgate histórico sobre uma região marcada por tensões sociais ocasionadas por uma ideia de desenvolvimento que não considera as populações locais na Amazônia.

[1] Engenheiro-agrônomo, M. Sc. em Ciências Ambientais, Belém, PA. E-mail: liuagro@yahoo.com.br
https://orcid.org/0000-0002-5720-8828

A obra surge a partir dos arquivos impressos sobre o garimpo e os conflitos, documentados pelo autor durante a profissão como repórter de jornal, e a partir de viagens à região do sudeste do Pará e municípios do Maranhão, onde residem testemunhas do massacre em Serra Pelada. Paulo Roberto Ferreira também recorreu aos arquivos da Fundação Casa da Cultura de Marabá, da Biblioteca Nacional, na Câmara Federal e nos acervos digitais de mídias como: Folha de São Paulo e Jornal do Brasil. Além disso, o autor destaca que gravou, fotografou e transcreveu os relatos dos sujeitos entrevistados.

No prefácio do livro, Ferreira contextualiza os fatores determinantes para a ocorrência da tragédia. Entre os fatores, têm-se: a distância da cidade de Marabá em relação aos demais centros do Pará e do País; a desvalorização da categoria profissional considerada reserva por grande parte da população; a atitude policial com base na violência e a do governador, disposto a resolver o problema; o bloqueio da ponte, com base em autoritarismo da instituição Estado. Em relação aos cadernos de imagens são apresentadas matérias jornalísticas veiculadas na mídia paraense ao longo dos anos bem como por imagens de momentos e fatos históricos relacionados ao garimpo de Serra Pelada.

O capítulo 1 detalha a tragédia, às vésperas do ano novo, descrevendo o massacre de garimpeiros, em 29 de dezembro de 1987, na ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins em Marabá, no sudeste paraense. O autor reforça o caráter histórico do conflito ao destacar a cruz, presente no local, como símbolo da tortura àqueles que lutavam contra o fechamento da maior atividade de garimpo no Brasil. Nesse contexto, Ferreira (2019, p. 25) ressalta que

> "[...] os manifestantes foram encurralados pelas tropas da PM, que partiram das duas extremidades da ponte, atirando também bombas de gás lacrimogêneo. Muitos tombaram ali mesmo. Outros saltaram no rio, de uma altura de 76 metros. As águas estavam baixas [...]".

Esse capítulo também destaca outros fatores que contribuíram para a tragédia, como: a organização do garimpo por agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI) para controlar os camponeses em busca de terras na Amazônia; a exigência de verbas pela liderança dos garimpeiros para a contratação de maquinários destinados ao rebaixamento dos barrancos e retirada da água; a pressão dos carreteiros que transportavam gado, alegando a morte de animais devido à fome e sede; a postura contrária entre governo estadual e representantes do governo federal, etc. Assim, compreende-se que a realidade não é construída com um lado apenas, mas sim com diferentes lados, estando presentes diversos sujeitos e relações sociais com temporalidades históricas distintas, resultando em desencontros e conflitos.

O capítulo 2 aborda o cenário local com a chegada de novos atores sociais que modificaram o espaço físico e a economia, ou seja, a atividade econômica pautada no extrativismo vegetal sofreu transformações diante das motosserras e do avanço da pecuária. Sobre isso, o autor enfatiza a predominância das árvores de castanha-do-pará na paisagem do sudeste paraense, de modo que a comercialização das amêndoas envolvia grandes extensões de terra, o que contribuiu para a disputa por terras onde estavam as castanheiras, pois a economia do estado do Pará teve destaque com o comércio dessa castanha devido à queda da economia da borracha.

Esse cenário influenciou na formação de uma oligarquia agrária com controle político na região devido ao poder sobre a terra, possibilitando a eleição de deputados, vereadores e prefeitos, o que é ratificado por meio do trecho "[...] No caso da castanha, foi o capital comercial que aproximou exportadores do poder político de onde resultou a constituição dos grandes latifundiários [...]" (FERREIRA, 2019, p. 63).

Entretanto, o declínio da economia da castanha no início dos anos de 1970, associado à abertura de estradas e chegada de madeireiras, que avançam sobre a floresta, provocou modificações na região, como: intensificação da desapropriação de terras para instalação de grandes empresas como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de projetos (Hidrelétrica de Tucuruí, Projeto Grande Carajás). Assim, segundo o autor, a geopolítica de integração nacional do governo brasileiro relacionada à ocupação da Amazônia resultou na retirada de 42% de floresta nativa no sudeste paraense, em 1987. Posteriormente, os donos de castanhais caminharam substituindo a floresta por pasto, modificando a paisagem da região devido ao predomínio de fazendas de gado de corte e mineração.

Destaca-se que a Lei de Terras, desde 1850, já estabelecia a compra de terras por aqueles que possuíam capital, contribuía para a estrutura fundiária distorcida na região e intensificava a atração de especuladores a partir de abertura de estradas para Amazônia, onde a terra não era mercadoria, mas sim um sinal de poder e controle político.

O capítulo 3 destaca o surgimento do garimpo de Serra Pelada, no segundo semestre de 1979, destinado à extração de diamantes, pedras preciosas e ouro, sendo essa atividade realizada no período de estiagem e na entressafra da coleta da castanha desde 1939, quando os camponeses da região do Araguaia se deslocavam em barcos para o garimpo de diamantes do Tocantins. Entretanto, em 1950, estabeleceu-se uma empresa de mineração, denominada Caeté Mirim, que instalou máquinas e equipamentos desconhecidos da população local que vivia na área, conforme Ferreira (2019). É importante ressaltar que esse capítulo contribui para reflexões sobre as rupturas e descontinuidades das dimensões sociais, econômicas, culturais e históricas dos modos de vida dos sujeitos que viviam na região do sudeste paraense.

Ressalta-se que a extração do ouro em Serra Pelada, na década de 1980, era realizada por muitos homens que

> "[...] viviam de lavoura de subsistência e da caça de pequenos animais da floresta do Araguaia. Outros chegavam de longe atraídos pelas notícias da descoberta de ouro no Sudeste do Pará." (FERREIRA, 2019, p. 72). Ainda, o autor enfatiza que a intervenção militar em Serra Pelada, localizada próximo ao Projeto Grandes Carajás, era uma realidade sob a justificativa de um possível surgimento de novo movimento guerrilheiro no Pará. Assim, de acordo com o autor, o potencial político desse garimpo caracterizava-se entre as razões para que não fosse fechado, resultando em novo critério para o trabalho na mina: [...] O aval para entrar em Serra Pelada passou a ser o título de eleitor e adotou-se a política de quanto mais gente, mais votos. Os barrancos passaram a ter 'donos' definitivos e a serem negociados em verdadeiras 'bolsas de barrancos' [...]" (FERREIRA, 2019, p. 78).

Nesse capítulo, compreende-se a coexistência de interesses e de conflitos desde o surgimento do garimpo consequentemente ocasionados a partir da interação simultânea de relações políticas e econômicas diversas, distintas e historicamente praticadas.

O capítulo 4 evidencia os conflitos com a CVRD devido às divergências sobre limites territoriais reivindicados tanto pelas lideranças garimpeiras quanto pela companhia. Sobre isso, o autor destaca o deslocamento do marco geodésico, conforme as lideranças dos garimpeiros, para que Serra Pelada fosse incluída nos limites territoriais da CVRD. Salienta-se que, no ano de 1984, se veiculava o interesse de outros grupos empresariais na área do garimpo, o que é ratificado por meio da seguinte afirmação "[...] um grupo constituído por empresários nacionais e representantes de empresas transnacionais estava se articulando para disputar o espaço da mina" (FERREIRA, 2019, p. 102).

O autor apresenta o cenário com jogos de interesses distintos em torno das riquezas minerais, relatando uma articulação coordenada para impossibilitar a extração manual do ouro, a partir da ordem destinada a quebrar as dragas e, assim, inviabilizar o serviço de retirada da água de dentro do garimpo. Essa disputa pelo controle da área resultou no aumento do número de acidentes em Serra Pelada, pois, ao citar pesquisa realizada pela Universidade Federal do Pará, o autor relata que os acidentes no garimpo, durante oito anos de atividade, contribuíram para perda da vida de aproximadamente 100 pessoas.

Nesse contexto, demonstra-se que indivíduos racionais centrados nos próprios interesses buscam a maximização dos interesses materiais e dos lucros individuais, dificultando a mitigação dos conflitos socioambientais, ocasionados a partir da busca pelo domínio da natureza como recurso, o que implica a centralidade das relações sociais no garimpo, pautadas no benefício coletivo de um grupo maior denominado sociedade à margem das discussões.

O capítulo 5 dedica-se à sequência de choques resultantes das disputas pelo controle do garimpo, pois, mesmo após o massacre de garimpeiros na ponte de Marabá em 1987, a precariedade do trabalho no garimpo permaneceu até 1989, quando um decreto presidencial inseriu os garimpeiros na ilegalidade. Isso exerceu influência direta no esvaziamento do garimpo de forma que as pessoas procuraram outros meios de vida, como plantar árvores frutíferas, criar animais e abrir pequenas lojas. Por outro lado, o autor reforça que a CVRD intensificou a presença na área de garimpo, e, consequentemente, a continuidade dos choques permaneceu, pois os moradores da área reagiram com o bloqueio da passagem de funcionários contratados pela mineradora. Nesse sentido, pauta-se a reflexão com base em Ferreira (2019, p. 114), que afirma "[...] Em 1998, uma comissão externa da Câmara Federal se deslocou de Brasília para ouvir os dois lados, a Vale e seus aliados, e os garimpeiros e as pessoas e entidades que os apoiavam, tanto do Pará quanto dos Estados do Maranhão e Tocantins".

A ocupação da Amazônia e a privatização de suas imensas terras em favor de grandes empresas, a partir de medidas adotadas pelo governo federal, alerta para o processo de centralização política por meio da concentração de terras na Amazônia como um movimento que nasceu nas oligarquias regionais, não havendo ruptura entre o presente e o passado.

O capítulo 6 trata das consequências no garimpo de Serra Pelada, o que influenciou nas representações dos garimpeiros, por exemplo, a criação da cooperativa de garimpeiros a partir da

Lei Federal nº 7.198/84, que instituía a obrigatoriedade de filiação deles para a liberação do trabalho na área. Porém, em 1987, ano do massacre, a cooperativa sofre intervenção federal devido à suspeita de irregularidades nas contas da organização. Em seguida, tem eleição da nova diretoria em 1988 e o novo comando de um coronel das forças armadas em 1990, que funda a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp).

O autor afirma que transações da cooperativa com a Colossus, empresa de mineração de origem canadense, foram divulgadas em 2012, evidenciando interesses dos diferentes sujeitos, como, inicialmente, o percentual de 51% da extração do ouro era destinado à empresa e de 49% para a cooperativa, posteriormente, o percentual da empresa aumentou para 75% e da cooperativa reduziu para 25%.

Salienta-se que a ideia de desenvolvimento associada ao discurso de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a diminuição das desigualdades sociais fornece bases para o posicionamento crítico, pois a relação entre o sistema capitalista e exploração da natureza constrói-se por meio de uma articulação contraditória em que os usos desse sistema são voltados à acumulação de riqueza para pequeno grupo na sociedade.

Destaca-se, ainda, que algumas lideranças de garimpeiros se uniram ao Movimento Sem-Terra (MST), Via Campesina e outros movimentos populares, resultando na formação do Movimento pela Soberania da População na Mineração (MAM), cuja finalidade é a defesa dos direitos dos grupos atingidos pelos projetos de mineração. Além disso, alguns moradores de Serra Pelada buscavam o investimento na agricultura familiar, cultivando frutíferas, hortaliças e produzindo mel de abelha; na formação de um polo de extração de pedras preciosas e de outros tipos de minérios, como também no turismo histórico com atividades de trilha, tirolesa bem como a criação do Museu ou casa do garimpeiro. Entretanto, outro aspecto salientado pelo autor diz respeito à "[...] contradição entre a riqueza extraída pela Vale e exportava para o mundo e a vida miserável da população de Serra Pelada, há 40 anos [...]" (FERREIRA, 2019, p. 142).

As transformações no garimpo não impedem que o espaço físico continue a ser o lugar de expressão do sentimento de pertencimento à comunidade onde os grupos locais conseguem resistir em meio à constante ameaça a sua reprodução social. Portanto, compreende-se que o mundo rural brasileiro resiste em seus diferentes modos de vida, conforme os objetivos existentes na comunidade.

Terceira Margem

AMAZÔNIA

Serviços Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

15

A Revista Terceira Margem Amazônia disponibiliza Edição Especial sobre Serviços Ambientais e Ecossistêmicos. Uma temática relevante para os debates relacionados aos desafios da região amazônica. Os serviços ambientais e ecossistêmicos, compreendidos como aqueles que são disponibilizados pela natureza e essenciais para sobrevivência da espécie humana, têm sido objeto de grande debate envolvendo os mais diversificados atores sociais, econômicos e políticos.